

CRISE VENEZUELANA - O PAPEL DOS EUA, O IMPACTO GEOPOLÍTICO E AS AÇÕES DO BRASIL FACE A ESSE CENÁRIO

Tássio Franchi¹
Luciano Simões²
Ronay Souza Diniz³

RESUMO

A temática do terrorismo e contraterrorismo tem ganhado a América do Sul desempenha um papel fundamental no entorno estratégico dos Estados Unidos da América. O posicionamento geográfico, a abundância de recursos minerais e a capacidade de produção agrícola são algumas características que justificam a presença norte-americana secular em solo latino. Essa presença sempre ensejou em uma pesada influência política do maior poderio bélico do planeta em todos os assuntos que eram do seu interesse, tomando partido em decisões de toda a sorte, segundo sua própria conveniência. Mesmo diante dessa forte presença, o início do século XXI foi marcado pela ascensão de lideranças políticas no subcontinente sul-americano que promoveram um desalinhamento da região com os interesses externos dos estadunidenses, o que causou um afastamento natural entre esses dois atores. Essa realidade ficou bem caracterizada no caso da Venezuela. O país possui a maior reserva de petróleo do mundo e o seu litoral está debruçado sobre o mar do Caribe, características geopolíticas de grande valor estratégico. A ascensão de Hugo Chávez ao poder no fim dos anos 90 marcou o início do período de uma política externa antagônica aos anseios norte-americanos. Atualmente a Venezuela vive uma grave crise institucional e tornou-se palco de disputas entre os Estados Unidos, Rússia e China. Tudo isso torna o atual ambiente sul-americano inseguro e com o futuro incerto. Dessa forma, o trabalho a ser apresentado se propõe a debater o posicionamento estratégico dos EUA ante a crise social, econômica e política venezuelana e seus possíveis reflexos para o Brasil. Essa reflexão levará em consideração os fatos recentes ocorridos no continente americano, tomando como marco temporal a ascensão de Nicolás Maduro ao cargo de presidente da Venezuela em 2013 e seus desdobramentos até os dias atuais.

Palavras-chave: Estados Unidos da América; Caribe; Venezuela; Estratégia.

¹ Instituto Meira Mattos (IMM), Rio de Janeiro - RJ, Brasil. E-mail: tasfranchi@gmail.com — ORCID <https://orcid.org/0000-0003-3434-5560>.

² Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro - RJ, Brasil. E-mail: simoes.luc@gmail.com — ORCID <https://orcid.org/0000-0002-1380-6287>.

³ Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro - RJ, Brasil. E-mail: ronaydiniz@gmail.com — ORCID <https://orcid.org/0000-0002-3302-3482>.

INTRODUÇÃO

O atual quadro das relações bilaterais Venezuela - Estados Unidos da América (EUA) preocupa sobremaneira a comunidade internacional e, com mais ênfase, os países sul-americanos limítrofes ao país bolivariano. De fato, a ascensão de Hugo Chávez, em 1998, quebrou o *status quo* dominante de dependência ideológica e alinhamento político com os EUA, ainda que estivessem profundamente interligados economicamente pelo petróleo. Nesse sentido, as crescentes sanções e ameaças realizadas por mandatários norte-americanos (de Bush a Trump, passando pelo democrata Obama) parecem trazer alguma instabilidade para a região que, nos dias atuais, enfrenta uma onda de migrações robusta de venezuelanos, fugindo de sua terra natal, devido às condições precárias de vida proporcionadas pelo atual regime estabelecido no país.

Este cenário, sem lugar a dúvida, pode alterar o pacato panorama político do subcontinente, tido como um dos mais pacíficos do globo. A existência das maiores reservas mundiais de petróleo mapeadas apimenta o já instável quadro, na medida em que atraem *players* extrarregionais, como China e Rússia que, aparentemente, saíram em defesa do regime de Caracas contra o imperialismo *yankee*. Por outro lado, o autodenominado Grupo de Lima, composto por vários países que constituem a Organização dos Estados Americanos (OEA), com apoio incondicional norte-americano, pressiona o presidente Maduro para que deixe o governo e adote medidas necessárias no sentido de retomar o caminho democrático, respeitando o ordenamento constitucional.

É nesse cadinho complexo de relações que a proposta deste trabalho se apresenta. Ele analisa o atual quadro de relações dos Estados Unidos da América com a República Bolivariana da Venezuela, a fim de responder o seguinte questionamento: quais as ações desenvolvidas pelo governo brasileiro face a esse cenário?

Esse estudo é qualitativo. Para isso, se fez necessário, metodologicamente, revisar a bibliografia que trata do processo político histórico recente das relações dos EUA com a América Latina, aprofundando um pouco mais o caso venezuelano. Após isso, fez-se importante analisar a documentação (algumas fontes primárias) do ponto de vista bolivariano das mesmas relações, tendo em conta as possíveis respostas ao que chamam de intervenção ao direito de livre determinação do povo soberano da Venezuela. Por fim, foi mister apresentar breves considerações sobre o papel

do Brasil neste jogo político- estratégico, considerando a ascensão de Jair Bolsonaro e a mudança de postura em relação ao país vizinho.

O PENSAR E O FAZER DOS ESTADOS UNIDOS NO CARIBE E AMÉRICA CENTRAL

Após sua independência, em 1776, os EUA iniciaram um processo de fortalecimento e expansão. O desenvolvimento do sistema capitalista criou condições para o estabelecimento desse processo. O modelo econômico empregado, da economia “livre de resíduos e impedimentos feudais do Velho Mundo”, somados ao território continental protegido por dois oceanos, deu origem “a forma mais pura do capitalismo, no maior Estado Nação de toda a Terra” (ANDERSON, 2015, p 13).

Além da construção de um capitalismo livre das amarras do Velho Mundo, outros dois ingredientes também contribuíram para o fortalecimento desse Estado: a cultura e a política. Anderson (2015, p. 12) afirma que o país acreditava que gozava de um “privilégio divino, imbuído de uma vocação sagrada”, uma nação dotada de uma “constituição de liberdade eterna” que surgiu no Novo Mundo, fortalecendo, desde muito cedo, “o repertório ideológico do nacionalismo norte-americano”.

A construção desse nacionalismo também foi traduzida por Thomas Jefferson, em suas palavras a James Monroe:

Por mais que nossos interesses presentes possam nos restringir aos nossos limites, é impossível não olhar para frente, para tempos longínquos, em que nossa multiplicação possa expandir para além desses limites, cobrirá todo o continente Norte, e talvez o continente Sul, com pessoas falando a mesma língua, governado de forma similar e por meio de leis semelhantes. (JEFFERSON apud ANDERSON, 2015, p 13)

A incorporação desses pensamentos serviu de suporte para o nascimento do chamado Destino Manifesto. De acordo com Ramos, a tradição inventada do Destino Manifesto rezava que os norte-americanos eram o povo eleito pela Providência Divina para conduzir os valores de democracia e liberdade às nações desprovidas desta benção (RAMOS, 2007, p 2). A crença em Deus e os valores civis e militares cultivados pelo povo são as

características que diferenciam os norte-americanos das outras organizações sociais. Para Ramos (2007, p 2), a crença nesse *destino* permeia todas as relações políticas e sociais do povo norte-americano e a expressão desse sentimento manifestada nos filmes de Hollywood ajudam a difundir tal pensamento.

A aplicação do Destino Manifesto na política externa do governo dos Estados Unidos ficou bem evidenciada a partir do mandato de James Monroe (1817-1825). Para Heinsfeld, “O Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe preconiza a não intervenção em si, mas reclama este direito para os EUA, para garantir os interesses da civilização americana” (HEINSFELD, 2005, p 02).

America's 'right to exercise some kind of protectorate over the countries to whose territory that doctrine applies' predicated a superiority that Roosevelt did his best to deny, somewhat unconvincingly. The United States interventionist posture and practice logically resulted from this assumption of superiority and the police duties it implied (RICARD, 2006. p.25).

Com o passar do tempo, o Estado norte-americano modificou sua política com relação aos seus vizinhos. A partir do governo de Theodore Roosevelt, a política externa conhecida como doutrina do *Big Stick*, ou a Diplomacia das Canhoneiras, assegurava de modo violento os interesses econômicos norte-americanos no seu entorno estratégico, colocando o aparato do estado em favor dos interesses de grupos financeiros (SERGE, 2006; LANGLEY, 2001).

No mundo, desde o final do século XIX, as teorias geopolíticas vinham sendo discutidas e os pensadores de cada país analisavam as situações de suas nações e assessoravam seus dirigentes. Conectado com este movimento, nos EUA o Almirante Alfred Thayer Mahan argumentava sobre a importância do poder marítimo para as nações. Sendo um país bioceânico que tinha nos mares importantes rotas comerciais e conexão com o mundo, o governo norte-americano entendeu que era preciso antes fortalecer o seu poder naval, o que significava naquele período possuir portos e bases capazes de dar suporte as suas frotas militares e mercantes como um instrumento de poder político (MAHAN, 1892; RIBEIRO, 2010). Os EUA colocaram em prática a “Teoria do Poder Marítimo”, na qual os conceitos de Mahan serviram de base para a construção da sua hegemonia naval.

O geógrafo e geoestrategista Spykman também contribuiu para o pensamento geopolítico norte-americano. Ele fez a alusão ao Mar do Caribe como sendo o Mediterrâneo para os americanos.

The Latin American world faces the United States across the Mexican land frontier and from beyond the American Mediterranean of which our country is itself the most important littoral state. The drainage area of the remaining coastal states and the islands along the eastern rim include a territory of almost two million square miles which contains approximately fifty million people. (SPYKMAN, 1942, p 46).

Os resultados da I e II Guerras Mundiais levaram os EUA à posição de superpotência, nesse mesmo contexto a Guerra Fria, um período longo de disputa em diversos campos e regiões do planeta, confirmou esse *status* à nação estadunidense. Tudo isso trouxe consequências nas relações dos *yankees* com os países da América Latina (BLASIER, 1985).

A expansão do poder norte-americano, dentro de uma perspectiva imperialista de *Pax Americana*, significou a imposição de um mundo unipolar. Embora os EUA tenham ascendido à condição de superpotência, seu posicionamento político-estratégico com relação à América Central e ao Caribe permaneceu praticamente o mesmo durante todo o século XX (GÓES, 2008, p 52).

Na prática, o que a história mostra é uma sequência de intervenções norte-americanas no espaço do Caribe e América Central para salvaguardar seus interesses, expressos desde o período do Destino Manifesto até o mundo pós-Guerra Fria.

Fazendo um pequeno levantamento histórico, observamos que, ainda no século XIX, os EUA iniciaram intervenções no entorno estratégico com ações na América Central e no Caribe. Na sequência, serão pontuados alguns exemplos dessas ingerências.

As primeiras intervenções que merecem destaque são chamadas de Guerra das Bananas. Essas interferências ocorreram entre a primeira metade do século XIX até a década de 1930. O referido termo foi cunhado devido ao envolvimento político-militar do governo norte-americano em proveito de suas empresas de beneficiamento de alimentos (principalmente a banana e o café) em alguns países centro-americanos.

As intervenções ocorreram no Panamá, Cuba, Nicarágua, Honduras, República Dominicana, Haiti e México (LANGLEY, 2001; DENT, 2005).

Além das ações motivadas pelas empresas alimentícias, o Panamá foi alvo de outras ocupações militares *yankees*, tanto por causa de seu posicionamento estratégico quanto por conta de interesses comerciais. A primeira foi em 1856, chamada de “Guerra da Melancia”, período no qual o Panamá ainda pertencia à Colômbia. Um incidente diplomático envolvendo um cidadão americano e um morador local desencadeou uma série de eventos que culminaram em um movimento emancipatório panamenho. Face a esse movimento, os EUA e a Colômbia costuraram um acordo no qual os *yankees* aumentaram a sua presença militar no local (DONOGHUE, 2013, p 689).

Mais tarde, sob o governo de Theodore Roosevelt, os EUA apoiaram o movimento de independência do Panamá. Os norte-americanos impuseram um bloqueio marítimo, impedindo qualquer movimentação colombiana nos mares caribenhos. Após a independência panamenha, os norte-americanos terminaram a construção do Canal do Panamá em 1914 e receberam a concessão para o seu controle e a administração (MCCULLOUGH, 1977, p. 511). De acordo com Bandeira, foram as necessidades ligadas à segurança que levaram à tal ação:

Realmente, em termos estratégicos, a projeção geopolítica norte-americana na direção da Ásia e a vastidão do seu próprio território continental, que separava o litoral do Atlântico do litoral do Pacífico, constituíam um problema para a defesa, dado que era difícil separar e, quando necessário, reunir suas frotas, em caso de guerra. Esta foi uma das razões pelas quais o Presidente Theodore Roosevelt (1901-1909) apressou a abertura de um canal interoceânico, no istmo do Panamá (BANDEIRA, 2009, p 10).

Nesse período os EUA começavam a despontar como uma potência industrial ao lado dos países europeus, com a vantagem de terem saídas para os oceanos Atlântico e Pacífico, além da proximidade e da influência sobre diversos países da América Central e do Caribe, região rica em recursos naturais.

Outro exemplo da intervenção norte-americana foi a Guerra Hispano-Americana ocorrida em 1898, que envolveu os EUA e a Espanha

e foi motivada por questões ligadas à independência de Cuba e às ocupações territoriais no arquipélago das Filipinas. McKinley, presidente norte-americano no período de 1897 a 1901, encontrou na luta pela independência de Cuba a oportunidade para declarar guerra à Espanha. Essa campanha, que alcançou as Filipinas, permitiu aos EUA o acesso direto aos mercados do oriente, particularmente o da China, fortaleceu sua presença na região, aumentou seu entorno estratégico e deu acesso a recursos naturais (BANDEIRA, 2008, p.10). Dentre esses recursos pode-se citar a borracha, produzida nas Filipinas, essencial à nova indústria automotiva nascente nos EUA, acarretando consequências negativas para a economia da região norte do Brasil (DEAN, 1989).

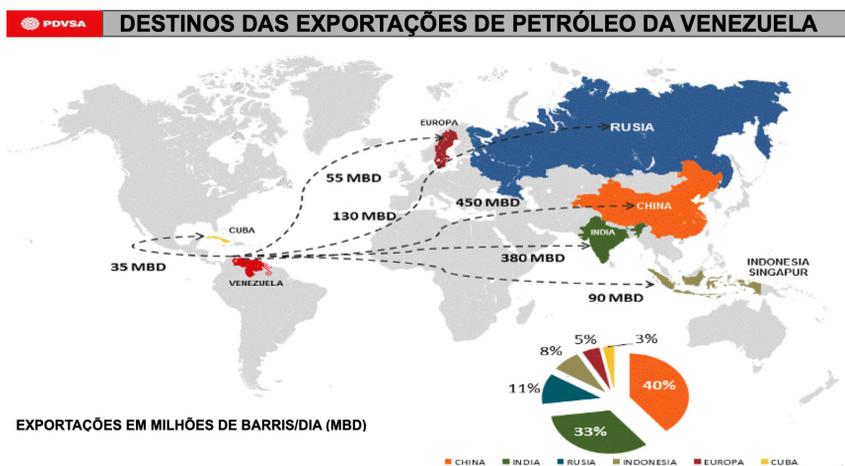
Em 1959, a mudança de regime em Cuba levou a ruptura do antigo *status quo* existente entre a ilha caribenha e os EUA, desde o seu processo de independência da Espanha no século XIX. A ruptura provocou o apoio dos EUA à tentativa de invasão da Baía dos Porcos (1961) e a crise dos mísseis (1962), durante a administração John Fitzgerald Kennedy (1953-1963) (DOMÍNGUEZ, 1997).

Ao final da Guerra Fria, sob o argumento do restabelecimento da democracia e atenção às questões humanitárias, os EUA intervieram militarmente no Haiti. A operação *Uphold Democracy* colocou tropas americanas nesse país até 1995. Na sequência, as Nações Unidas iniciaram as missões de paz no Haiti com a UNMIH (1994-1996), e que depois se transformou em MINUSTAH (2004-2017), tendo, inclusive, a participação do Brasil (BENTLEY, 1996).

Depois do Haiti, os EUA não se envolveram de forma direta nos países da América Central e Caribe. Entretanto, o que fica tácito ao observamos os exemplos históricos é que todas as intervenções recentes na região tiveram em comum o pano de fundo da remoção de ditadores e da restauração da democracia. Além disso, o emprego do *hard power* só ocorreu quando outras alternativas falharam na defesa dos interesses norte-americanos. Mas passemos à análise mais detalhada na relação EUA-Venezuela, seu processo de construção e desgaste até o momento atual.

AS RELAÇÕES VENEZUELA – EUA

Ao se observar o quadro elaborado pela diretoria de comércio da Petróleos de Venezuela SA (PDVESA), a estatal petroleira da Venezuela, uma mudança radical na tradição de comércio do país caribenho salta aos olhos. Onde está seu principal comprador durante décadas?

Figura 1: Destinos das exportações venezuelanas de petróleo.

Fonte: Adaptado pelos autores, com base em CEBALLOS (2017).

As relações da Venezuela com os Estados Unidos começaram no período dos movimentos de independência daquele país, ainda no século XIX. Como dito anteriormente, a Doutrina Monroe reclamava o direito à intervenção com a finalidade de garantir os interesses estadunidenses. Nesse sentido, o reconhecimento da independência das jovens nações latino-americanas tinha o propósito de aproximá-las para a órbita da já crescente nação do norte.

É importante ressaltar que, na virada do século XX, a região do Caribe já se apresentava de fundamental importância para o poder regional norte-americano. Como assinala Spykman, a consolidação da hegemonia americana no hemisfério ocidental se deu com o domínio completo do Caribe, onde estão incluídas a Colômbia, a Venezuela e as Guianas (área rica em matéria-prima variada e com mais de 50 milhões de habitantes) (SPYKMAN, 1942, p 46). Aqui fica clara a comparação da importância entre o Mar do Caribe e o Mediterrâneo, como já explorado anteriormente.

Nesse concerto geopolítico orquestrado pelos EUA, a Venezuela acabou por desfrutar de uma relação relativamente benéfica, quando comparada com a relação com os países vizinhos. Assim, no início do século XX, as petroleiras americanas receberam generosas concessões do então ditador venezuelano, Juan Vicente Gómez, e foram pioneiras no que se tornaria a principal atividade econômica da Venezuela. Na verdade, o negócio do petróleo marca a relação entre os dois países até os dias atuais (mesmo

após a nacionalização da exploração, quando a Venezuela estabeleceria sua própria empresa petrolífera, a Petróleos de Venezuela S.A., PDVSA).

A Venezuela, ao longo de sua história e a exemplo de outros países latino-americanos, também foi regida por governos autoritários (sempre apoiados pelos EUA). No entanto, em 23 de janeiro de 1958, uma insurreição cívico-militar deu fim ao autoritarismo e iniciou um movimento democrático naquele país caribenho. “Essa transição foi bem vista por Washington, em particular porque a relação com o petróleo não foi perturbada” (GONZÁLEZ, 2019).

O PONTO DE VISTA VENEZUELANO DE SUA RELAÇÃO COM OS EUA

Nesta parte do estudo serão desenhadas algumas considerações sobre a perspectiva da Venezuela enquanto ator mais débil nesta relação com os EUA. Em outras palavras, como as autoridades venezuelanas enxergam o conflito, baseado nos discursos, nos planejamentos e alguns trabalhos acadêmicos a que os autores tiveram acesso⁴.

O discurso antiamericano teve início com a ascensão de Hugo Chávez, após sua eleição, em 1998. Assim, desde o princípio do seu mandato, o ex-tenente-coronel do exército acusava os americanos de praticarem uma política de neocolonialismo na América Latina, minando suas iniciativas de desenvolvimento através de pressões das mais diversas naturezas. Em um livro dedicado à memória do *comandante*, o editor Carlos Herrera publicou frases ditas por Chávez durante seu período como condutor da nação bolivariana. A publicação traz em seu bojo recortes de frases ditas em eventos, palestras e discursos sobre os temas mais caros ao seu governo. Por exemplo: “Chávez y los afro descendentes”; “Chávez y el ALBA”; “Chávez y Brasil”. No entanto, a seção mais volumosa, com frases duras e de grande efeito é a “Chávez anti imperialista” (HERRERA, 2017). A seguir, algumas dessas inspiradas manifestações.

Pido a Dios por el mundo, ojalá seamos capaces de liberarnos de la amenaza imperialista que representa la élite que gobierna a los Estados Unidos (CHÁVEZ, 2007, apud HERRERA, 2017).

⁴ O autor (Luciano Simões) é coronel do Exército Brasileiro e frequentou o mestrado em segurança da nação no *Instituto de Altos Estudios de Seguridad de la Nación*, na República Bolivariana da Venezuela (Ago 17 a Jul 18).

La diferencia está en que el gobierno de este país, de Estados Unidos, no quiere la paz, quiere imponernos su modelo de explotación y de saqueo y su hegemonía a punta de guerras. (CHÁVEZ, 2009, apud HERRERA, 2017)

Em sua pesquisa de doutorado no *Instituto de Altos Estudios de Seguridad de la Nación*⁵, o Almirante en Jefe Remigio Ceballos Ichaso⁶ desenvolveu o tema: “*Venezuela Potencia. Constructo Teórico Para Superar las Amenazas Presentes y Futuras*”. Ainda que desenvolvida no nível acadêmico, o autor propõe alguns constructos filosóficos e ontológicos que embasam uma estratégia de defesa do país face às ameaças de invasão pelos Estados Unidos. Para Ceballos, ela se manifesta da seguinte maneira:

Los enemigos externos e internos de la Patria, ejercen presiones sobre la nación bolivariana, mediante la aplicación de una estrategia que la denominó, La Fragmentación Multifactorial. Y requiere de la implementación de una estrategia llamada la Ruptura Dinámica, y conceptuada como una estrategia estructurada y no estructurada de forma y proporción multidimensional llevada a cabo con amenazas y ataques bajo el criterio de la Superioridad Relativa (CEBALLOS, 2017, p 23).

Para fazer face a este conceito de ameaça, o autor propõe um modelo preventivo-reativo para garantir a soberania e independência do país em múltiplas dimensões, o que chamou de: “*Seguridad Múltiple o Multidimensional: Seguridad desde la perspectiva integral y en los (7) ámbitos de Interés, elemento dependiente en ‘toda su extensión’ de la Defensa Integral de la Nación*”. (CEBALLOS, 2017). Ao final o autor recomenda ao Conselho de Defesa da Nação a adaptação e modernização do Conceito Estratégico Militar para a Defesa Integral. Em suas palavras:

⁵ O *Instituto de Altos Estudios de Seguridad de la Nación* é um centro de pesquisa e pós-graduação vinculado à Universidad Militar Bolivariana de Venezuela. Desenvolve programas de especialização, mestrado e doutorado em Pedagogia, História Militar e o principal – Segurança e Defesa. Funciona também como um thinktank de assuntos estratégicos do governo.

⁶ O Almirante Ceballos é o Comandante Estratégico Operacional da Força Armada Nacional Bolivariana (CEOFANB) da Venezuela. É o segundo homem na hierarquia da defesa.

Diseñar la Ofensiva Estratégica Dinámica como concepto de movimiento ofensivo defensivo temporal multidimensional, para la neutralización y destrucción de amenazas sin astigmatismos estratégicos para garantizar la integridad, Soberanía e Independencia, buscando el desarrollo de todas las regiones del país incluyendo la marítima insular, vital para la nación y por sí mismo para el pueblo venezolano (CEBALLOS, 2017, p 32).

O engenheiro Jonathan Alexander Pérez Giménez, apresentou o tema “*Guerras de Cuarta Generación desarrollada por EE.UU. y su impacto sobre la Gestión Gubernamental en Venezuela Durante el Período 2003 – 2013, con Base al Manual FM 3-4 de Contrainsurgencia Estadounidense*” (GIMENES, 2014), como sua dissertação de mestrado, no já citado *Instituto de Altos Estudios de Seguridad de la Nación*. Em suas conclusões, após uma extensa digressão acerca dos fatos trabalhados numa matriz FOFA (Fortalezas; Oportunidades; Fraquezas; Ameaças)⁷, ele apontou algumas ideias baseadas no manual de contrainsurgência norte-americano, visando a desestabilização do regime venezuelano: criar um quadro de ingovernabilidade e perda de legitimidade das instituições e poderes do Estado; repulsa das forças de segurança do Estado, perda de controle territorial em algumas regiões e localidades do país; paralisia e inibição de alguns componentes da Força Armada Nacional Bolivariana (FANB) e da polícia; declaração de desertores e comandantes dos órgãos de segurança do Estado renegados pelo governo Maduro; desobediência civil; promover um descontentamento e desmoralização do movimento popular que acompanha o presidente Nicolás Maduro; enfraquecer as instituições do Estado para finalmente propiciar uma saída forçada do atual governo através do golpe de estado que continua e é dirigido de Washington (GIMENES, 2014).

Em recente discurso na VIII Conferência de Segurança Internacional, promovida pela Federação Russa, de 23 a 25 de abril de 2019, o Major General Pascualino Angiolillo Fernández-Secretário do Conselho de Defesa da Nação⁸ elencou o que seriam as teorias de dominação norte-

⁷ Mesmo que matriz SWOT. Uma matriz SWOT é uma ferramenta de análise estratégica amplamente utilizada em negócios e planejamento estratégico.

⁸ O Conselho de Defesa da Nação é um órgão permanente de aconselhamento do presidente da república, com previsão na Constituição da República Bolivariana da Venezuela. *Artículo 323 El Consejo de Defensa de la Nación es el máximo órgano de consulta para la planificación y asesoramiento del Poder Público en los asuntos relacionados con la defensa integral de la Nación, su soberanía y la integridad de su espacio geográfico.*

americanas: a teoria da “Inteligência estratégica para a política exterior norte-americana”, criada por Sherman Kent e Robert Keohane, baseada na informação e na inteligência estratégica para a conquista de objetivos políticos; a teoria dos “Estados Vilões ou Bandidos”, que usa a mídia para mostrar à “Nação Alvo” o que eles qualificam, em certas ocasiões como “Eixo do Mal” e suas variantes “Legítima Defesa, Guerra Preventiva e Causa Justa”, para justificar intervenções; a teoria da “Responsabilidade de Proteger”, para justificar intervenções militares sob a bandeira da ajuda humanitária; a teoria “Poder Duro, Brando e Inteligente” de Joseph Nye, onde o primeiro é caracterizado por boicotes e bloqueios comerciais, o segundo, por ajudas e empréstimos a todos os aliados e o último, pela combinação dos dois anteriores; a teoria do “Caos Construtivo”, desenvolvido pelo teórico político norte-americano Zbigniew Brzezinsky, que manipula variáveis perturbadoras ao estado de bem-estar dos cidadãos, com o propósito de causar caos ao sistema, e fazendo com que a população se oponha ao governo; e, por fim, a teoria do “Estado Falido”, desenvolvida pelo teórico político e escritor estadunidense Gene Sharp (ANGIOLILLO, 2019).

Nessa mesma direção, o coronel Pedro Rangel (2018), orientado pelo Major General Angiolillo Fenandes, propôs em sua dissertação de mestrado o tema: “*Estrategias para Neutralizar el Impacto de la Guerra Híbrida en el Estado Venezolano*” (RANGEL, 2018), onde realiza um estudo detalhado da política exterior dos EUA não só para a Venezuela, mas para o mundo. Aprofunda o estudo no caso venezuelano e propõe algumas medidas ao governo a fim de conter as vulnerabilidades de seu país.

No quadro seguinte, Rangel (2018) faz um resumo do que seria a evolução da política exterior norte-americana até chegar no que, nos dias atuais, as autoridades militares venezuelanas acreditam ser uma guerra híbrida promovida pelos EUA contra o estado bolivariano.

Quadro N° 1: “Política Exterior y Estrategias de Seguridad más representativas de los EEUU”

ANOS	POLÍTICA EXTERIOR EUA	DOCTRINAS UTILIZADAS NA ATUALIDADE	ESTRATÉGIAS E AMEAÇAS
1946-2017	REALISTA	GUERRA PREVENTIVA	<ul style="list-style-type: none"> • Terrorismo. • Violação dos direitos humanos. <ul style="list-style-type: none"> • Narcotráfico. • Armas de Destruição em Massa.
		ESTADOS PERTENCENTES AO CHAMADO EIXO DO MAL	<ul style="list-style-type: none"> • Patrocínio do Terrorismo. • Violação dos direitos humanos. <ul style="list-style-type: none"> • Atividades Ilícitas. • Uso de Armas de Destruição em Massa.
		RESPONSABILIDADE DE PROTEGER	<ul style="list-style-type: none"> • Segurança Humana • Ameaça ao Estado de Bem-Estar. <ul style="list-style-type: none"> • Guerra Justa.
		A TESE DOS ESTADOS FALIDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade do Estado Gerar Bem-Estar Social. • Incompetência. • Má Gestão.
		PODER INTELIGENTE	<ul style="list-style-type: none"> • Poder Brando. • Poder Duro. • Poder Inteligente
2017-ATUAL		DOCTRINA DA GUERRA HÍBRIDA	COMBINAÇÃO DE TODAS AS ESTRATÉGIAS E AMEAÇAS ANTERIORES.

Fonte: Adaptado pelos autores, com base em RANGEL (2018).

Ainda no seu estudo sobre as ameaças que sofre a Venezuela neste novo modelo de guerra conduzido pelas principais potências mundiais, principalmente pelos EUA, Rangel propõe um conceito bolivariano para guerra híbrida:

Guerra híbrida é uma forma de luta (violenta ou não), executada por atores estatais, não estatais, internacionais, supranacionais (ou uma combinação desses), com meios de natureza diversa (político, econômico, social, militar, psicológico, tecnológico, cultural, terrorista e até criminal), cujo propósito é a destruição do Estado-nação para obter e controlar seus recursos energéticos (RANGEL, 2018, p 18, tradução nossa)

Na sequência, ele apresenta uma tabela citando os fatos, ou ataques, que seu país tem sofrido, discriminados nos sete âmbitos do poder (econômico, social, político, cultural, geográfico, militar e ambiental), de acordo com a constituição venezuelana. De uma extensa lista apresentada em sua pesquisa, algumas possuem bastante relevância para a vida dos

venezuelanos. O primeiro campo explorado pelo autor é o econômico, afirmando que os EUA, Colômbia e agentes internos na própria Venezuela têm desferido incessantes ataques internos e externos, que buscam quebrar sua economia, violar seus fundamentos materiais, desestabilizar a moeda, financiar o contrabando de minérios, promover a corrupção na indústria petrolífera, formular contratos para o endividamento da Citgo Petroleum Corporation⁹. em condições desvantajosas para o país. Com a finalidade de desestabilizar ainda mais o Estado, a criação de um ambiente interno de quadro inflacionário caótico é a principal ferramenta da guerra híbrida conduzida pelos Estados Unidos (RANGEL, 2018).

No campo social, acredita-se que a campanha é promovida para tentar mudar a percepção popular em relação ao sistema chavista, desacreditando-o. Além disso, acusam agências internacionais, através da Colômbia, de realizarem operações psicológicas, financiando movimentos violentos para provocarem uma reação enérgica do estado, como foram as “guarimbas”¹⁰, em 2017. Nessa oportunidade, acusaram o governo de massacrar jovens inocentes. A característica mais danosa, de acordo com a avaliação deles, é a campanha para estimular a emigração, principalmente a de profissionais altamente capacitados, que debilita, não só a estrutura social, mas a capacidade produtiva do país. Isso é muito sentido na indústria petroleira.¹¹

No que diz respeito ao âmbito político, o discurso do governo venezuelano se dirige, não só aos EUA, mas a todos os seus aliados, ou organismos internacionais supostamente controlados pelos primeiros. Neste sentido, Rangel cita as declarações e manifestações do vice-presidente norte-americano Mike Pence, em visita recente à América Latina:

Nos quedaremos de pie mientras Venezuela colapsa en la dictadura, un estado fallido en Venezuela amenaza la seguridad y la prosperidad de todo nuestro hemisferio y del pueblo de los EEUU. Finaliza gira por varios países de América Latina (Colombia, Argentina, Chile y Panamá). Declara:

⁹ A Citgo é a filial norte-americana da PDVESA, a empresa petrolífera estatal da Venezuela. <https://www.nytimes.com/2019/10/17/business/energy-environment/citgo-venezuela-creditors.html>.

¹⁰ Manifestações de rua que se multiplicaram pelo país e tiveram grande repercussão na mídia internacional pelas características violentas com que o estado as reprimiu. Calcula-se que mais de 200 jovens venezuelanos morreram nesses confrontos (RANGEL, 2018).

¹¹ Isso pode ser comprovado pelo repentino crescimento da produção colombiana, que já ultrapassou a Venezuela na exportação de petróleo para os EUA.

“aunar esfuerzos” para conseguir lo que calificó como “restauración de la democracia en Venezuela” (RANGEL, 2018, p 36).

Neste mesmo sentido, seguem as declarações de chefes de estado, membros do Grupo de Lima, Parlamento Europeu, ONU etc. Para os venezuelanos isso é uma prova cabal de que estão tentando forçar uma construção *teórica* de um estado falido para justificar uma intervenção humanitária.

Enfim, todas as ameaças, na percepção bolivariana, culminariam, em última instância no campo militar, com uma possível invasão norte-americana apoiados por seus aliados, entre eles, Colômbia e Brasil. Afirmam que as recentes manobras militares, patrocinadas pelos EUA, visam provocar um desgaste psicológico no país para forçar uma mudança no regime legítimo venezuelano. Neste contexto, Rangel cita o Governo Temer, como partícipe nesta grande orquestração internacional para apear Maduro do poder que lhe legou o povo venezuelano.

Bajo la iniciativa Amazon Log 07, el gobierno de Michel Temer en Brasil, desarrolla la operación “América Unida” que juntó a los Ejércitos de Estados Unidos, Brasil, Perú y Colombia en la ciudad tri-fronteriza de Tabatinga (RANGEL 2018).

Por fim, vale ressaltar que o Estado Venezuelano, hoje, trabalha firmemente com a hipótese de uma invasão estadunidense ao seu território. Ela poderia ser uma invasão direta, através de um desembarque anfíbio, ou através de uma campanha por procuração feita diretamente pela Colômbia, que é considerado o verdadeiro mandatário dos EUA para este intento. Essa seria uma ação militar direta que ainda não se configurou. No entanto, analisados todos os fatos descritos nesta seção, as autoridades do país já se declaram vítimas de uma guerra híbrida que dilacera a população, combatendo os meios de sustentação do Estado, sua cadeia produtiva e assistencial.

OS PAPÉIS DE CHINA E RÚSSIA NESTE COMPLEXO JOGO DE PODER

Nesta parte do trabalho o foco foi dedicado às complexas relações com potências extrarregionais que atraem outros interesses

e resgatam alguns pontos da Guerra Fria para o subcontinente sul-americano. Entre estes atores, destacam-se China e Rússia.

A Venezuela é, na atualidade, o país com as maiores reservas provadas de petróleo no mundo. Possui extensas reservas de gás natural e um sem número de riquezas minerais que despertam a cobiça de nações desenvolvidas, ávidas por fontes de energia e matérias primas para seus complexos industriais. Este fato, por si só, justificaria a imensa preocupação dos EUA com o governo da Venezuela, como afirma Angiolillo, em seu discurso na conferência de segurança russa.

Nuestro país ocupa en la actualidad el primer lugar en reservas probadas de crudo, las cuales alcanzan más de 302 mil millones de barriles de petróleo. Asimismo, ocupa un importante lugar en reservas probadas de hidrocarburos gaseosos con más 202 billones de pies cúbicos de gas.

Por otra parte, al norte del Estado Bolívar, Venezuela posee el conocido, “Arco Minero del Orinoco”, con una extensión de más de 111 mil kilómetros cuadrados, el cual posee enormes reservas de oro, diamantes y coltán entre otros minerales estratégicos. (ANGIOLILLO, 2019)

A ascensão de Hugo Chávez e sua inclinação à esquerda, aliando-se e financiando regimes *progressistas*, na América Latina, sem lugar à dúvida, atraiu a ira dos sucessivos governos do grande país do norte. Neste sentido, o alinhamento venezuelano com o regime cubano dos irmãos Castro e a tentativa de transformar a região (do sul do Golfo do México até a Patagônia) em uma comunidade de Estados guiados pela ideologia de esquerda, fundamentada nos princípios do Foro de São Paulo, desafiou, de certa maneira, a hegemonia dos EUA, em uma área geográfica que consideravam como seu quintal geopolítico.

No entanto, foi o alinhamento do governo chavista com parceiros extrarregionais poderosos que trouxe grande preocupação.

As relações da Venezuela com a Rússia se estreitaram na mesma medida em que os norte-americanos se afastaram. A chegada de Chávez ao poder, de um certo modo, coincidiu com a volta da Rússia à condição de *player* internacional, após uma década de ostracismo e desencontros internos. A ascensão de Vladimir Vladimirovitch Putin, aos poucos, foi

restaurando o orgulho do grande país eslavo, com a retomada de uma política internacional vigorosa no sentido de restabelecer sua influência no antigo entorno estratégico do país, perdido para a OTAN, na década de 1990.

Aproveitando esse novo desenho geoestratégico, a Venezuela, afastada do antigo apoio norte-americano que incluiu outrora uma aliança militar¹², buscou na parceria com a Rússia uma maneira de mitigar sua debilidade estratégica em relação aos Estados Unidos. Neste escopo, a associação com os eslavos inundou o país caribenho de material militar. No marco da relação que liga os dois países, no período que vai de 2003 a 2007, a Rússia respondeu por 93% do fornecimento de armas para a Venezuela (VILLA, 2008). Assim, o país ocupou a 24ª posição de maior importador de Material de Emprego Militar (MEM) do planeta. Ao fim e ao cabo, as exportações russas subiram de um patamar baixo, de US\$ 18 milhões em 1998, para US\$ 403 milhões em 2007. A Venezuela se tornou o terceiro mercado para as exportações da Rússia, atrás apenas da China e da Índia (BARROS; PINTO, 2012). Do material adquirido, vale destacar que, no lapso de 5 anos, os venezuelanos compraram da Rússia 100 mil fuzis Kalashnikov automáticos (AK 47), 24 caças Sukhoi (Su30MK), 10 helicópteros de combate MI-35, 40 helicópteros de transporte MI-17 V multitarefas e 3 helicópteros de transporte pesado Mi-26, além de 5 submarinos da classe Kilo movidos a diesel e eletricidade, mísseis de terra e de longo alcance Club-S e mísseis terra-ar Tor-M1 (VILLA, 2008).

É certo afirmar que, atualmente, esses equipamentos encontram-se com baixos níveis de manutenção, à medida em que o poder econômico da Venezuela foi se deteriorando. Politicamente, o país bolivariano representa um importante enclave do poder russo na América, o que ofende sobremaneira os irmãos do norte. Mal comparando, seria um tipo de retaliação à expansão da OTAN nos antigos satélites soviéticos na Europa Oriental.

No que diz respeito à aliança energética, em 2010 o Consórcio Nacional Petrolero Russo (Lukoil, Rosneft, Gazprom, TNK-BP e Surguntneftegaz) e a PDVSA firmaram convênio para a criação da empresa mista Petromiranda para a produção no campo de Junín 6, na Faixa Petrolífera do Orinoco (BARROS; PINTO, 2012). Atualmente, as empresas russas possuem muitos investimentos no país caribenho e a

¹² A grande maioria do Material de Emprego Militar (MEM) venezuelano era de fabricação norte-americana, incluindo uma frota de 20 (vinte) caças F-16, adquiridos na década de 1980 e que, atualmente se encontra em péssimo estado de manutenção, devido à interrupção e proibição de comércio com a Venezuela.

exportação de 130 mil barris por dia é uma maneira de burlar o embargo americano a que está submetida a Venezuela (Fig 1).

A mudança repentina, ou a retirada de Maduro, representaria significativa perda para os negócios russos. Daí o discurso alinhado do Diretor do Serviço de Inteligência da Rússia, Serguéi Narishkin¹³, durante a VIII Conferência de Segurança de Moscou, em 2019, sobre as últimas declarações das autoridades dos Estados Unidos, em relação a uma possível invasão:

Tales indicios existen, aunque el tiempo dirá si ese plan se pone en marcha. La situación es tensa”, dijo a los periodistas a la pregunta de si aumenta la probabilidad de una operación militar estadounidense en Venezuela (NARISHKIN, 2019)

A participação russa em questões políticas venezuelanas fica clara no episódio de 30 de abril de 2019. Na ocasião, Juan Guaidó (autodeclarado presidente constitucional) e alguns generais venezuelanos de alto escalão (incluindo Padrino López, Ministro da Defesa) tentaram, sem sucesso, sacar Maduro do poder. Esse intento teve a participação de alguns países americanos. A presença de agentes russos na Venezuela parece ter contribuído para o fracasso da deposição de Maduro e sua saída para o exílio em Cuba. Enfim, as relações entre Rússia e Venezuela imbricadas.

O caso da China não é diferente. Hoje o país é o principal comprador do petróleo venezuelano, com 450 mil barris/dia. Ao mesmo tempo, os chineses são o principal fornecedor de manufaturados para a Venezuela e estão presentes em praticamente todos os ramos da economia (financeiro, construção civil, petrolífero, entre outros).

Segundo Nunes, além de interesses no petróleo e no mercado econômico, a relação chinesa ainda se fundamenta em características estratégicas destacadas do país bolivariano: sua localização geográfica e seu distanciamento da influência norte-americana.

Os laços entre a China e a Venezuela começaram a se estreitar a partir dos anos 2000. Ainda sob comando de Chávez, o país sul-americano procurava diversificar parceiros econômicos internacionais para os quais pudesse exportar sua principal fonte de riqueza. A China, naquela época,

¹³ Disponível > <https://mundo.sputniknews.com/politica/201904251086902385-intervencion-militar-de-eeuu-en-venezuela/>. Acesso em 8 de maio de 2019.

já figurava entre os principais importadores de petróleo do mundo. A relação floresceu e, entre 2007 e 2018, já foram mais de 250 bilhões de dólares chineses cedidos ao governo de Caracas (GIL, 2019).

A posição geográfica é outro ponto fundamental nessa resenha. Desde a sua chegada ao poder em 2013, o líder chinês Xi Jinping, busca projetar poder na América Latina, alargando sua zona de influência e expandindo sua presença na região que antes era totalmente dominada por Washington. O alinhamento ideológico entre os governos de Maduro e Xi Jinping também preocupam os norte-americanos. O receio é que, devido à semelhança do atual cenário com o panorama cubano das décadas de 1960 e 1970, os EUA tenham que enfrentar uma nova Guerra Fria (GIL, 2019).

Figura 2: Para onde a Venezuela exporta Petróleo.

Para onde a Venezuela exporta petróleo?

(Medido em milhares de barris por dia)



Fonte: Kpler

BBC

Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47373655>

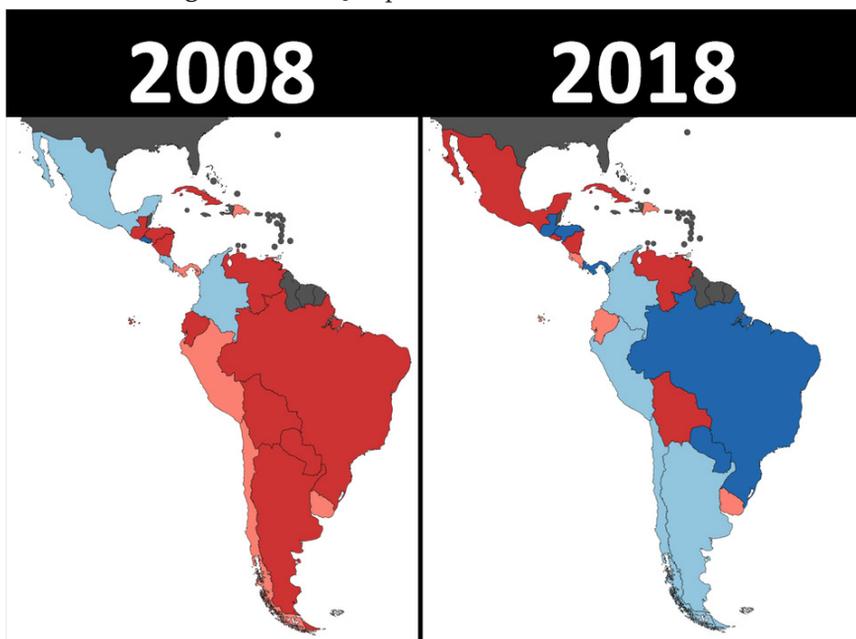
O NOVO PAPEL DO BRASIL

A posição do Brasil em relação à Venezuela mudou com o impeachment da Presidente Dilma Roussef (2016) e, pode-se dizer que de maneira radical, com a ascensão de Jair Bolsonaro (2019). Uma virada de 180 graus após mais de 14 anos de flerte com o regime chavista. O que outrora fora um sonho de integração da esquerda latino-americana, através da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), da Comunidade dos

Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e outros organismos multilaterais, comandados e controlados pela cúpula do Foro de São Paulo, agora não é mais realidade. De fato, houve uma significativa mudança no perfil de boa parte dos países, principalmente na América do Sul. A Figura 3 exemplifica bem este fato.

SITUAÇÃO POLÍTICA DA AMÉRICA LATINA (2008-2018)

Figura 3: Evolução política na América Latina¹⁴



Fonte: <https://www.reddit.com/r/Bolsonaro/>

A prova cabal disso foi a assinatura da carta de intenções que cria o Foro para o Progresso da América do Sul (PROSUL), em 2019, para sepultar de vez a antiga tentativa de integração da UNASUL. Nesse sentido, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai e Peru, renovaram os votos de integração, reconheceram as tentativas do

¹⁴ No mapa, o tom escuro de azul representa um governo com forte tendência conservadora, ao passo que o tom claro de azul traduz um posicionamento conservador mais moderado. Já o vermelho reflete um governo com forte tendência progressista e o rosa um governo progressista menos radical. O mapa de 2008 mostra uma tendência de alinhamento ideológico dos países latino-americanos com o progressismo. Já o mapa de 2018 apresenta um novo panorama político, mais enquadrado com a ideologia conservadora.

passado, mas entenderam que devem seguir em frente sem extremismos para o progresso de suas nações. Dessa forma, ficam isolados na América do Sul a Bolívia e a Venezuela, com seus regimes ditos progressistas.

A gestão de Bolsonaro (2019-2022) trouxe em seu bojo uma nova agenda, principalmente no que se referia ao trato com potências extrarregionais. Nesse sentido, mesmo havendo uma grande necessidade de se manter os negócios com a China, maior parceiro comercial do Brasil, o governo brasileiro retomou a preferência de ter os EUA como grande parceiro estratégico.

Essa postura política pareceu ser uma iniciativa bilateral, tendendo mais ao interesse norte-americano que propriamente brasileiro. Tal afirmação encontra fundamento na mensagem expedida por Donald Trump ao seu Congresso Nacional, comunicando a condição do Brasil de grande aliado extra OTAN, em função da cooperação em defesa entre os países.¹⁵

In accordance with section 517 of the Foreign Assistance Act of 1961, as amended (22 U.S.C. 2321k), I am providing notice of my intent to designate Brazil as a Major Non-NATO Ally.

I am making this designation in recognition of the Government of Brazil's recent commitments to increase defense cooperation with the United States, and in recognition of our own national interest in deepening our defense coordination with Brazil (TRUMP, 2019).

A aproximação com os EUA rendeu acordos importantes, como a parceria para uso da Base de Alcântara, cancelamento da necessidade de visto para cidadãos americanos, etc. A fusão da Boeing com a EMBRAER foi outro tema de importância, na medida em que, fruto dessa aproximação política, as forças armadas norte-americanas sinalizaram a compra de 350 (trezentos e cinquenta) T-29 Supertucanos. Um salto de qualidade para os acionistas da empresa brasileira.

Naturalmente, a postura em relação à Venezuela contribuiu para esse reconhecimento. O governo Bolsonaro se pronunciou, várias vezes, sobre a necessidade de uma transição política para o país vizinho. À

¹⁵ Fonte: <<https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/message-congress-designating-brazil-major-non-nato-ally/>>. Acesso em 12 mar 2020

época e atualmente, o Governo Brasileiro sempre defendeu uma solução pacífica para o imbróglio venezuelano.

Na área militar, a Venezuela sempre foi um parceiro importante para o Brasil. Essa parceria se intensificou nos anos de ouro da UNASUL e do seu Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Houve um forte intercâmbio de alunos e instrutores nas mais diversas escolas militares dos dois países (PAIM, 2019, p.174). Entretanto, nos últimos anos, essa política de troca de experiências foi mingando até acabar. No momento atual já não se fala mais em CDS, ou UNASUL, tampouco há militares realizando troca de experiências, ainda que o canal de diálogo, no nível ministério da defesa, esteja aberto.

Naturalmente, a aproximação do Brasil com os Estados Unidos, no período destacado entre 2019 e 2022, provocou profundo desconforto na alta cúpula militar venezuelana. Isso ficou patente no exercício AMAZONLOG, ainda no Governo Temer, em 2017. Os militares venezuelanos trataram a iniciativa como uma espécie de ensaio e reconhecimento para uma invasão norte-americana, com apoio da Colômbia e do Brasil. Isso gerou grande repercussão na mídia local. Tanto assim, que o embaixador brasileiro foi convidado a apresentar explicações sobre a operação em tela.

A relação entre os dois países, apesar das oscilações políticas, sempre foi estável. A “Operação Acolhida”, desenvolvida pelo Brasil para receber os refugiados venezuelanos e estabelecer algum controle tem sido um sucesso e alvo de elogios dos organismos internacionais (SANTORO *et al.*, 2023).

CONCLUSÃO

A estratégia, segundo Joseph Nye, é a capacidade de empregar o poder para se atingir os objetivos estabelecidos. As Estratégias relacionam os meios aos fins, e aquelas que combinam com sucesso os recursos de poder em diferentes contextos são a chave (NYE, 2012). Desde o início do século XIX os objetivos da política americana já haviam sido bem definidos na Doutrina Monroe, construída a partir dos preceitos do “Destino Manifesto”. Os EUA entenderam que, para atuarem como potência no cenário internacional, deveriam ter, além da sua pujança econômica, um poder militar capaz de fazer frente às ameaças do “Velho Continente”.

Ao longo da história, a postura estratégica da maior potência militar do globo com relação à América Latina manteve-se estável, a mesma desde a segunda metade do século XIX. A debilidade econômica e a falta de estabilidade política contribuíram para a submissão do

subcontinente às estratégias de Washington.

A ascensão de Hugo Chávez, em 1998, e a guinada para a esquerda mudaram o panorama local e a relação entre Caracas e Washington. Os ataques verbais aos EUA e a postura política do chefe de estado venezuelano desagradaram os norte-americanos e os obrigaram a adotar um novo posicionamento ante a Venezuela. Embora as relações comerciais ainda permaneçam ativas, os norte-americanos passaram a realizar discursos formais contra o governo venezuelano e a aplicar sanções comerciais junto à comunidade internacional.

Para Washington, o governo da Venezuela é uma ameaça estratégica e um desafio, pois sua postura esquerdista favorece o crescimento do crime organizado e do tráfico de drogas, perpetrando a violência contra a população e dificultando a estabilidade política da América Central. Além das sanções comerciais aplicadas, o governo norte-americano não descarta uma intervenção militar em solo caribenho. A adoção dessa postura estratégica pode ser traduzida em sua capacidade de intervenção, no emprego do *Hard Power*.

A atual relação conflituosa entre Caracas e Washington e o fato do país sul-americano possuir a maior reserva de petróleo do mundo trazem ao foco do discurso outros atores nesse cenário continental. A China e a Rússia, além de serem importantes parceiros comerciais, apoiam o governo de Maduro. Diante da Organização das Nações Unidas, os dois países se posicionaram de maneira contrária à intenção norte-americana de uma possível ação militar e afirmam que essas questões são internas e tal ação violaria a autonomia do povo venezuelano. Paralelo a isso, a presença de militares e aeronaves russas em solo latino-americano reavivam o antigo fantasma da Guerra Fria, desequilibram a estabilidade regional e elevam o nível de tensão diplomático.

Nesse controverso cenário insere-se o Brasil, como um dos principais líderes regionais. Apesar de sofrer forte influência do governo americano, o Brasil prefere adotar um posicionamento mais brando, optando por ações diplomáticas e discordando do governo norte-americano no que tange ao emprego de forças militares, o que poderia causar uma guerra e trazer, para a realidade do continente americano, os horrores do que acontece na Síria.

Por fim, o entendimento da teoria realista se constitui em um bom primeiro passo para a compreensão das atuais relações internacionais. Todavia, os Estados não são os únicos atores nos assuntos globais, a segurança não é o único resultado almejado por estes e a força não é o único instrumento para se atingir esses resultados. Na verdade, essas relações

de interdependência complexa são típicas entre os países pós-industriais e a anarquia do sistema internacional tem efeitos muito diferentes do previsto, até mesmo pelos que compreendem de modo sólido tal teoria.

VENEZUELAN CRISIS - THE ROLE OF THE USA, THE GEOPOLITICAL IMPACT AND BRAZIL'S ACTIONS IN THIS SCENARIO

ABSTRACT

South America plays a crucial role in the strategic environment of the United States of America. Geographic positioning, abundance of mineral resources, and agricultural production capacity are some of the characteristics that justify the secular North American presence on Latin soil. This presence has always given rise to a heavy political influence from the most significant military power on the planet in all matters that were of interest to them, taking sides in decisions of all sorts, according to their convenience. Even in the face of this strong presence, the beginning of the 21st century was marked by the rise of political leaders in the South American subcontinent who promoted a misalignment of the region with the external interests of the United States, which caused a natural separation between these two actors. This reality was well characterized in the case of Venezuela. The country has the largest oil reserve in the world, and its coastline overlooks the Caribbean Sea, geopolitical features of great strategic value. Hugo Chávez's rise to power in the late 1990s marked the beginning of a period of foreign policy antagonistic to North American aspirations. Venezuela is currently experiencing a severe institutional crisis and has become the scene of disputes between the United States, Russia, and China. All this makes the current South American environment unsafe and with an uncertain future. In this way, the work to be presented proposes to discuss the strategic positioning of the US in the face of the Venezuelan social, economic, and political crisis and its possible consequences for Brazil. This reflection will consider recent events in the American continent, taking as a time frame the rise of Nicolás Maduro to the position of president of Venezuela in 2013 and its consequences until the present day.

Keywords: United States of America; Caribbean; Venezuela; Strategy.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. **A Política externa Norte-Americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 11-13.

BARROS, P. S.; PINTO, L. F. A Presença dos Países do Brics na Venezuela. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, DF, n. 9, p. 102-115, jan/mar. 2012. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4561/1/BEPI_n09_presenca.pdf. Acesso em: 8 maio 2019.

BENTLEY, D. Operation Uphold Democracy: military support for democracy in Haiti. [National defense university, Institute for national strategic studies]. **Strategic Forum**, Washington, DC, n. 78, p. 1-6. 1996.

BLASIER, C. **The hovering giant (revised edition)**: US responses to revolutionary change in Latin America. Pensilvânia: University of Pittsburgh Press, 1985.

BRICEÑO-RUIZ, J. Times of change in Latin American regionalism. **Contexto Internacional**, Bogotá, v. 4, n.3, p. 573-594. set/dez. 2018.

BANDEIRA, L. A. M. A importância geopolítica da América do Sul na Estratégia dos Estados Unidos. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 50, p. 7-35, jul/dez. 2008.

BULEY, B. **The new american way of war**. London: Routledge, 2007.

CEBALLOS, R. **Venezuela potencia**: constructo teórico para superar las amenazas presentes y futuras. 2017. Tese (Doutorado em Ciências e Artes Navais) – IAESN, Caracas, 2017.

DEAN, W. **A luta pela borracha no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1989.

DENT, D. W. **Historical dictionary of US - Latin American relations**. Connecticut: Greenwood Press, 2005.

DOMÍNGUEZ, J. I. US-Cuban relations: from the Cold War to the colder war. **Journal of interamerican studies and world affairs**, v. 39, n. 3, p. 49-75, 1997.

DONOGHUE, M. **The watermelon riot - Encyclopedia of US Military interventions in Latin America**. Reino Unido: Bloomsbury publishing, 2013. 689 p.

GIL, Tamara. Crise na Venezuela: quais são os interesses da China no país latino-americano? **BBC News Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47477645>. Acesso em: 21 abr. 2020.

GÓES, Guilherme S. Por onde andar a grande estratégia brasileira? (Estados Unidos e Brasil em estudo comparado). **Revista da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 50, p. 36-67, jul./dez. 2008.

GONZÁLEZ, J. C. De Aliados a inimigos: crônica das relações EUA-Venezuela. **Made for Minds**, Bonn, 25 jan. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/de-aliados-a-inimigos-crônica-das-relações-entre-eua-e-venezuela/a-47234694>. Acesso em: 26 jul. 2020.

GOODMAN, Jack. Crise na Venezuela: quais países compram petróleo do maior produtor sul-americano? **BBC News Brasil**, [s.l.], 11 julho 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47373655>. Acesso em: 19 mar. 2020.

GUIMARÃES, S. P.; CARDIN, C. H. **Venezuela: visões brasileiras**. Brasília: IPRI, 2003.

HEINSFELD, A. **A busca da hegemonia regional: a recepção da doutrina do big stick no Brasil e na Argentina**. In: Simpósio Nacional de História, 23., 2005, Passo Fundo. **Anais [...]**. Passo Fundo: ANPUH, 2005. p. 1-9.

HILL, M. Roots of Big Stick diplomacy. **Study.com**, [s.l.], 11 out. 2021. Disponível em: <https://study.com/academy/lesson/roosevelts-big-stick-diplomacy-definition-policy.html>. Acesso em: 16 maio 2019.

LANGLEY, L. D. **The banana wars: United States intervention in the Caribbean, 1898–1934**. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2001.

MAHAN, A. T. **The influence of sea power upon the French Revolution and Empire, 1793-1812**. Boston: Little, Brown, 1892.

MCCULLOUGH, D. **The path between the seas: the creation of the Panama Canal, 1870-1914.** New York: Simon & Schuster, 1977. p. 511.

NYE, Joseph. **O Futuro do poder.** São Paulo: Benvirá, 2012.

NUNES, T. A. A relevância estratégica da Venezuela a partir da perspectiva da segurança energética da China. [Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais]. **Revista intellector**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 30, p. 134-147, 2018.

PÉREZ GIMÉNEZ, J. **Guerras de Cuarta Generación desarrollada por EE.UU. y su impacto sobre la gestión gubernamental en Venezuela durante el período 2003 – 2013, con base al Manual FM 3-4 de contrainsurgencia Estadounidense.** Dissertação (Mestrado em Ciências e Artes Navais) - IAESSEN - 2014.

RAMOS, A. L.; MIRANDA, A. R. **Religião civil, destino manifesto e política expansionista estadunidense.** Ameríndia - História, política e outros combates, Fortaleza, v. 4, n. 2, p. 2, 2007.

RANGEL, P. **Estrategias para Neutralizar el Impacto de la Guerra Híbrida en el Estado Venezolano.** 2018. Dissertação (Mestrado em Segurança Nacional) - IAESSEN - 2018.

RIBEIRO, A. S. Mahan e as marinhas como instrumento político. **Revista Militar**, Lisboa, n. 2500, maio 2010, p. 1-17. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/569>. Acesso em: 16 maio 2019.

RICARD, S. The Roosevelt corollary. **Presidential studies quarterly**, Nova Jersey, v. 36, n. 1, 2006, p. 17-26

RÚSSIA. Angiolillo, P. **Discurso proferido na Conferência de Segurança Internacional, promovida pela República da Rússia**, 13. 25 abr. 2019.

SPYKMAN, N. J. **American's strategy in world politics.** New York: Harcourt, Brace and Co., 1942, p 46.

UNITED STATES. **National Security Strategy of the United States of**

America, 2017.

VILLA, R. **Corrida armamentista ou modernização de armamentos na América do Sul**: estudo comparativo dos gastos militares. *In*: Estudos e Cenários OPSA. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

WHITE, M. J. The Cuban imbroglio: from the bay of pigs to the missile crisis and beyond. *In*: **Kennedy**: the new frontier revisited. Londres: Palgrave Macmillan, 1998. p. 63-90.

* Recebido em 18 de fevereiro de 2023, e aprovado para publicação em 18 de julho de 2023.

